



focalizando as discussões sobre os processos de formação docente e as diversas práticas de professores e professoras entre os séculos XIX e XX.

A QUALIDADE ALIENANTE E SEGREGACIONISTA DO ENSINO BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA DE DESUMANIZAÇÃO DO SUJEITO NA MEDIDA EM QUE O RETIRA DE SI

Iago Formiga da Costa
UFPA/CFP

iagoformigapb@gmail.com

Resumo: Pensar em escola é também pensar em comunidade, educação em sociedade, ambas são formadas a serviço uma da outra; sendo assim, para realizar esta pesquisa foi elaborado como objetivo geral discutir os métodos enraizados de ensino no Brasil como uma forma de compreender os discursos responsáveis por reverberar antigas práticas na sala de aula hoje. Para tanto, traça-se como objetivos específicos: apresentar como se estruturou a qualidade dualista no ensino brasileiro; analisar as consequências de métodos técnicos à serviço do mercado; expor a metodologia humanista como forma de escapar da doutrinação das instituições de ensino. Para fundamentar nossa discussão, trabalhos como o de Abi-Sâmara (2016) sobre métodos pedagógicos de ensino e nas próprias diretrizes discutidas por Freire (1996), Marcuse (2009) e Codo (1991) sobre as condições de mercado de trabalho, Zanetti (1997) e Fernandes (2018) acerca do discurso propagado pelas instituições de ensino a serviço de quem, além das contribuições de Ferreira Jr (2010) e Cicone (2016) a respeito do processo de formação da educação brasileira. Considerando esses trabalhos, esta pesquisa se mostra qualitativa de cunho bibliográfico na medida que busca entender como o atual sistema de ensino brasileiro repercute uma prática dualística à serviço do Mercado? Constatando, por fim, que por estar inserida em uma lógica capitalista, a escola se vê forçada a reviver métodos que reforçam a qualidade elitista e exclusiva enraizada em nossa educação.

Palavras-Chave: Educação; Sociedade; Mercado alienante; Métodos de ensino.

Apresentação da situação

Parafrazeando Saussure acerca da língua, escola e sociedade também podem ser compreendidas como faces opostas de uma mesma moeda; não negando a identidade uma da outra, mas o contrário, se reafirmando através de práticas e atitudes institucionais e individuais.

Nesse sentido, o que conecta espaço e sujeito é a relação estabelecida de serviço prestado mutuamente. Com essa lógica, entende-se que a escola se mantém funcionando



na medida em que propaga um discurso ideológico a serviço de uma necessidade do espaço social - União. Desse modo, a demanda externa corrobora para as práticas internas nos muros escolares.

Essa relação vai se mostrar problemática quando a lógica do ensino estiver pautada exclusivamente em atender os interesses capitalistas, ocasionando na deturpação de valores que poderiam, por sua vez, proporcionar um melhor bem-estar em comunidade; assim, para expor as consequências de algumas práticas exclusivamente técnicas em nossa educação que se faz necessário entender como o atual sistema de ensino brasileiro reverbera uma prática dualística a serviço do Mercado?

Compreender escola é também, ao mesmo tempo, entender espaço social, pois ambos são formados conseqüentemente por influência mútua. Assim sendo, o presente sistema brasileiro de ensino nos faz entender o espaço escolar como uma instituição a serviço do Mercado, na medida em que propaga ideologias alienantes e conformistas durante o processo de formação do sujeito.

Entender a conjuntura educacional em nosso país pode nos ajudar tanto a olhar o mundo a nossa volta, como também a repensar práticas e métodos pedagógicos que estejam voltados para o ser em si, e com essa atitude, reforçar a necessidade de compreendê-lo como sujeito no espaço e no tempo, enquanto busca valorizar sua singularidade.

Esta pesquisa atende o objetivo geral de discutir os métodos enraizados de ensino no Brasil como uma forma de compreender os discursos que os sustentam e os fazem reverberar nas salas de aula hoje. Para tanto, traça-se como objetivos específicos: apresentar como se estruturou a qualidade dualista no ensino no Brasil; analisar as consequências de métodos técnicos a serviço do mercado; expor a metodologia humanista como forma de escapar da doutrinação das instituições de ensino.

A literatura que sustenta esse trabalho está dividida entre documentos de governo como a LDB (1996), a BNCC (2017), o Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015 a 2025) alinhado com a PNE, assim como também na perspectiva filosófica de Marcuse (2009) e nas contribuições de Freud (1930) acerca do entendimento do sujeito em sociedade; a pesquisa também considera as contribuições levantadas no campo da



pedagogia com ênfase nos métodos humanista e técnico apresentados por Abi-Sâmara (2016) e nas próprias diretrizes discutidas por Freire (1996).

Este trabalho se mostra com o caráter qualitativo de cunho bibliográfico, na medida em que pretende entender, através de leituras crítica e analítica da literatura do assunto, como se enraizou os parâmetros do ensino brasileiro; em seguida, expor as consequências de cada método de ensino – humanista e o técnico.

Para tanto a discussão está dividida em uma breve explanação acerca do tema; logo após, o segundo capítulo traz uma amostra dos momentos mais marcantes da formação educacional brasileira, evidenciando o caráter elitista e exclusivo; o terceiro capítulo expõe as consequências do ensino técnico e o quarto mostra as vantagens do ensino humanista; por fim, apresentam-se as considerações a respeito das contribuições pedagógicas de cada método.

Ensino brasileiro: elitista e exclusivo

Esse capítulo expõe brevemente como se consolidou a qualidade dualística na educação brasileira, apresentando os momentos na história mais significativos para a implementação dessas faces. Para tanto, a fundamentação usada foi a História da Educação Brasileira: da colônia até o século XX, de Amarilio Ferreira Junior (2010) e História da educação (2016) de Cicone. Trata-se de um debate que vai nos fornecer uma sistematização cronológica, mesmo que incompleta, para que compreendamos as intenções do discurso dualista – ensino propedêutico e ensino profissionalizante - proferido pelas instituições de ensino no Brasil.

A história da educação no Brasil tem seu registro a partir da invasão portuguesa em território brasileiro, quando começa a negação da organização cultural que aqui encontraram na medida em que impõe um dogmatismo que reverberou por muitos séculos e ainda pode ser vivenciado nos ambientes escolares.

A partir do trabalho de Ferreira Jr. (2010) infere-se que as raízes do ensino no Brasil são elitistas e excludentes. Vale questionar a quem essa serve? O fato é que educação e sociedade como já pontuaram os pioneiros da educação em (1932), devem ser pensadas juntas.



Se parafrasearmos Saussure, a Educação poderia ser entendida como uma nebulosa e as Instituições seriam compreendidas como o suporte para aquela se expressar. Nessa linha de raciocínio, nosso ensino está alicerçado em uma rede institucional que determina os parâmetros para a sua constituição, ditando todas as condições que a educação diz ter direito e que necessita para funcionar.

Uma perspectiva que nos surge acerca da organização institucional pública e privada surge quando se considera os dados apontados por Mollica e Batista (2020) na pesquisa sobre o ensino remoto durante a pandemia do covid-19; as autoras apresentam que as escolas privadas conseguiram proporcionar mais acesso, mais suporte, mais versatilidade, enquanto as escolas públicas, além do retardamento ao reabrir as portas, também tiveram que lidar com a escassez de recursos. Consequentemente, o atraso das escolas públicas em comparação com as instituições privadas só foi ampliado.

Tal prerrogativa, para essa minoria beneficiada, é explicada pelo processo sócio-histórico de formação do ensino brasileiro. Ferreira Jr. (2010) defende que a formação do território no Brasil teve forte influência no acesso à educação, mostrando que os espaços que não eram/são desenvolvidos, eram/são facilmente excluídos do processo de aprendizagem. Uma ideologia estrutural passada, mas que com os séculos de elitismo e exclusão só fez consolidar um sistema desigual.

Com a chegada do século XX, Ferreira Jr. (2010), expõe algumas mudanças que surgiram no contexto educacional; contudo, nada que ponha fim à raiz elitista e exclusiva do ensino. Além dessa falta, nesse período é implantado o Ministério da Educação na tentativa reverter o quadro de abandono que o ensino apresentava.

Vale ressaltar que data desse mesmo período o nascimento da “escola nova”, movimento encabeçado por intelectuais liberais que lutavam por uma escola pública e laica de verdade, assim produziram *O manifesto dos pioneiros da educação nova* de 1932, o que serviu como divisor de águas para auxiliar na questão de como entender educação, escola e sociedade.

Apesar de avanços para a escola pública, os anos da segunda metade do século XX não foram fáceis. Vale considerar a perspectiva apresentada por Cicone (2016), em História da educação, sobre o nosso ensino durante o regime militar; durante esse período, por ordem do próprio governo muitos intelectuais foram perseguidos, exilados ou



aposentados contra sua vontade, tirando do caminho qualquer tipo de ameaça para aquele regime.

Quanto ao método de ensino presente naquele momento foi o tecnicista, uma doutrina implantada pelo regime militar focado em tornar a educação “neutra, objetiva, despolitizada, como se fosse um treinamento baseado em [atingir] objetivos específicos” (CICONE, 2016, p. 209, grifos nossos). Um ensino para estabilizar e manter aquele regime através da alienação dos inocentes.

Além do elitismo e da exclusão, que já é de praxe, o ensino durante a ditadura prezou pela acriticidade das universidades. Essa medida começou com a perda da autonomia desses espaços, uma medida consolidada, de acordo com Cicone (2016), pela lei 5.540/68; que dentre todas as implicações, a pior foi à fragmentação das turmas pela má distribuição de créditos, cujo objetivo era desarticular a união estudantil.

Para Fernando (2018), as condições econômicas do período militar são fundamentais para entender a conjuntura educacional hoje. Anos de repressão e de má gestão política serviram apenas para consolidar a qualidade do ensino particular e a ampliação do projeto de sucateamento do ensino público.

Aproximando-se mais do nosso atual contexto ao analisarmos a ótica de Cicone (2016), o cenário educacional durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), logo, nota-se alguns detalhes semelhantes a períodos passados e ao mesmo tempo aspectos de ruptura. Para entender cada um desses detalhes, é fundamental que mencionemos o crescimento econômico que o Brasil apresentou durante essa gestão. Algo notável que, conseqüentemente, resultou para a educação na promulgação da 2ª edição do PNE e o aumento do número de pessoas agraciadas com o ensino, tanto infantil como o superior; ampliando também a qualificação dos profissionais nessa área, em outras palavras, uma democratização do ensino.

Apesar da melhora no cenário educacional, as raízes estruturais ainda se fazem presente em nossa construção. Para entendermos essa visão, temos que compreender o discurso que propaga a ideia de quanto mais qualificado, mais capacitado para o mercado de trabalho. Nessa lógica, o caminho para a qualificação é a formação propedêutica, mas para isso é necessárias provas – cujo objetivo mais evidente é avaliar a qualidade de



leitura do candidato e sua condição mnemônica – que atestem a capacidade do sujeito, tornando então ao ensino à qualidade tecnicista.

Sendo assim, qual instituição teve mais condição de prover leitura? Qual instituição mais priorizou o ensino técnico visando aumentar a porcentagem do número de acerto e conseqüentemente o número de aprovados no ensino superior? Qual a realidade que a educação durante a pandemia vai mostrar daqui a alguns anos? As respostas para essas perguntas se mostram óbvias, mas ao mesmo tempo incógnitas, pois o efeito da educação só o futuro dirá.

Ensino técnico e profissionalizante: máscara para alienação

Este capítulo tem como intuito discutir o objetivo específico de *analisar as conseqüências de métodos técnicos a serviço do mercado*; sendo assim, vamos expor como se deu a utilização de tais práticas sob a égide do governo, tendo em vista a manutenção de uma ordem visando progresso.

Considerando as explicações de Ferreira Jr. (2010), o ensino brasileiro desde os primórdios já mostrava apreço pelo ensino técnico de caráter mnemônico. Essa postura se deu em grande parte pela forte oposição cristã aos valores defendidos pelo Humanismo, com a tentativa de barrar as reflexões do homem sobre o mundo a sua volta.

Com as reformas Capanema durante o Estado novo, o Ministério da Educação brasileiro estava chefiado por Gustavo Capanema, que começou a resgatar a antiga tradição elitista e exclusiva, além de estabelecer a dicotomia que separava aqueles para o ensino superior daqueles que necessitavam de formação trabalhista para atender a demanda do mercado de trabalho.

Tais medidas se mostraram necessárias pela imposição fortíssima das influências neoliberalistas. Com o grande crescimento no centro urbano-industrial e o grande acúmulo de mão de obra despreparada, mas requisitada para exercer um papel nas fábricas, o ensino tinha que abrir espaço e acolher esses desavisados.

Já na década de 80 e 90, a questão da dívida externa – conseqüência do “milagre econômico” implantado pelos militares – que foi postergada no seu tempo e deixada para as gerações futuras pagarem, resultou em juros sem fim dos bancos mundiais, taxações



sobre taxações que tornou a realidade educacional brasileira ainda mais frágil. Cicone (2016) deixa entrevê que a falta de investimento resultou na falta de profissionais qualificados, na falta de estrutura e na falta de recursos; consequentemente, projetos como CEFAM (Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), PROFIC (Programa de Formação Integral de Crianças) e CIEP (Centro Integrado de Educação Pública) não conseguiram se manter sem apoio, terminando com vida curta.

Nesse sentido que Zanetti (1997) aponta que a lógica para a elaboração dos documentos de governo (PNE, LDB) estava pautada unicamente em atender as exigências do Banco Mundial que, por sua vez, tinha o objetivo de reverter esse desastre de ordem econômica; para isso ampliaram o ensino técnico, reverberando consequentemente a ideologia que preza pela formação de mão de obra qualificada para operar e não para pensar.

Já em nossos dias atuais, a conjuntura educacional brasileira não se mostra diferente das décadas anteriores, pois ainda há políticas implantadas visando manter uma dicotomia quanto o acesso ao ensino. Com essa visão, o discurso de aumentar as chances de ingressar na escola, mascara o caráter elitista e exclusivo da educação; para justificar essa visão, vejamos o Plano de Educação do Estado da Paraíba, formulado em 2015 com vigência até 2025:

Os quantitativos de matrículas na rede pública, de 2007 a 2013, estão bem acima dos da rede privada. O crescimento no número de matrículas na educação profissional técnica na rede privada foi na ordem de 33,53%, bem abaixo do percentual apresentado na rede pública, que chegou a 63,44%. (PEEP, Lei nº 10.488, 2015).

Analisando o PEEP (2015-2025), alinhado com o Plano Nacional de Ensino, percebemos que a demanda do ensino público em ofertar cursos técnicos e profissionalizantes é maior que o ensino particular. O documento também expõe a meta de ampliar em 50% a oferta das escolas técnicas profissionalizantes para a educação pública. Constatamos que o plano é um projeto de transformar a escola pública em uma fábrica de mão de obra, na medida em que concentra seus recursos para a capacitação do sujeito para atuar a serviço do mercado de trabalho.



Tal posicionamento ganha mais consistência quando avaliamos o discurso presente na BNCC. Esse documento formula as diretrizes de aplicabilidade para educação em nosso país, sendo assim, as orientações direcionadas as escolas visam capacitar o sujeito para desempenhar um papel na sociedade.

[...] A BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e (valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BNCC, 2017, p. 15).

Essa citação se traduz nas palavras de Nagle (1974) ao discutir como os modelos educacionais instaurados pelo Estado brasileiro na tentativa de consolidar uma ordem, expressa métodos de ensino com o caráter bifurcado. Ou seja, a grande maioria adquiriria uma formação profissionalizante, enquanto os sujeitos são educados para, simplesmente ocupar funções; por outro lado, também é ofertado, mas para uma pequena parcela, o privilégio de uma educação continuada; essas pessoas, por sua vez, estão sendo preparadas para organizar, monitorar e preservar valores que ajudam a manter uma estrutura ideológica na sociedade e também nas escolas.

Essa realidade do ensino torna-se agravada quando se leva em conta as considerações de Codo (1991) acerca da *alienação*; de acordo com suas reflexões, o homem é aquilo que produz. Nessa linha de raciocínio, devido à falta de políticas públicas, não é de se espantar quando ecoam discursos defendendo que o desempregado ou o morador de rua, não valham nada. Ainda pautado no raciocínio do autor, o discurso do mercado de trabalho – visando à ampliação da capacidade produtiva – é fragmentar o processo de produção na medida em que responsabiliza o sujeito pela execução de uma parcela da produção; conseqüentemente, aquilo que o homem produz não é o resultado do seu trabalho, resultando em um distanciamento do homem daquilo que faz e de si, pois para esse pensador, somos aquilo que fazemos.



Essa prática se torna real a partir do método pedagógico tecnicista que na discussão de Abi-Sâmara (2016), nos faz entender que esse modelo visa à preparação para a execução parcial de uma função. Na visão da autora, o ensino pautado nesta lógica não capacita o sujeito a olhar para si, muito menos, em olhar para o meio a sua volta, tornando-o conseqüentemente, em um sujeito próximo de uma condição mecânica e com uma postura alienante.

Método humanista: caminho para a desalienação

Este capítulo tem a finalidade de discutir o objetivo específico *expor a metodologia humanista como forma de escapar da doutrinação das instituições de ensino*. Para tanto vamos descrever em que esse método se constitui e quais as conseqüências da sua prática.

Não há como negar que a atual conjectura educacional presente em nosso país está vinculada com um projeto de nação, esforçando-se a todo instante para promover as ideologias trabalhadas e aprimoradas no espaço educacional. Agora vale ressaltar que não há apenas a cultura técnica dentro dos nossos muros escolares; ou seja, neste lugar também foi aprimorado saberes que caminham no sentido oposto ao tão valorizado pelo mercado consumidor/produzidor, estou falando do saber crítico, daquela postura reflexiva e ativa defendida por Freire (1996), expressada por sujeitos conscientes de si e do meio em que estão inseridos.

Na visão Abi-Sâmara (2016), nos fica mais preciso se referir ao saber construído através da metodologia humanista; para a autora essa postura vai em sentido contrário ao das ideias tecnicistas. É importante frisar, que a educação pautada na ótica humanista considera a educação como um reflexo da situação política e econômica de seu tempo, assim como também, não desconsidera o emocional do aluno, mas o contrário capacita-o a lidar consigo mesmo na medida em que o põe em contato com o outro.

Trata-se de um ensino, ainda na ótica da autora, que busca capacitar o sujeito considerando suas próprias necessidades, assim como também nas exigências que urgem de ordem externa – fora dos muros escolares. Desse modo, o aluno é tido como sujeito ativo, capaz de agir perante as dificuldades que lhe surgem interna e externamente.



Com esse pensamento, o método humanista capacita os discentes a olhar o mundo a sua volta a fim de procurar entender os elementos que constituem o espaço ao seu redor; diante tal posicionamento crítico e reflexivo, cria-se uma autonomia no pensar, na medida em que associa esta prática ao fazer, culminando em uma postura reflexiva que emana uma forte disposição em resistir aos discursos alienantes que se propagam à sua volta.

Conseqüentemente, um sujeito dotado com a capacidade analítica e reflexiva do mundo e de si mesmo, pode contemplar o *instinto lúdico* discutido por Marcuse (2009), na medida em que resiste às ordens alienantes advindas das instituições. Logo, evidenciamos a urgência em repensar as práticas de ensino e optarem pelo método humanista. Tal escolha é justificada tendo em vista que só o ensino que lide com o sujeito em sua totalidade, preservando sua singularidade é que será capaz de formar um agente capaz de agir na comunidade, não a serviço de uma lógica de mercado pautada no caráter econômico, mas a serviço de si.

Considerações Finais

Pensar em escola é também pensar em comunidade; educação em sociedade; ambas são formadas em serviço mútuo. Diante dessa visão, entender as demandas do mundo externo sobre as instituições de ensino é buscar saber quais os discursos que ecoam dentro da escola para saciar a ânsia do mundo externo.

Constata-se diante de nossa história, que desde a sua gênese, o ensino brasileiro é elitista e apresenta o caráter exclusivo para o público que detém meios de aquisição, esses podem usufruir da formação continuada; enquanto a grande maioria da nossa população tem de se submeter – devido à falta de incentivo – a uma formação técnica profissional.

Essa, por sua vez, não atende as necessidades humanas, tendo em vista que não situa o sujeito em si, nem o torna apto a se conectar com o mundo e com os outros seres a sua volta; por conseguinte, torna-se um homem alienado, a serviço de uma ordem de Mercado, buscando iludido ganhar a vida, quando essa pode ser vivida simplesmente em si.

Assim, é caminhando em sentido contrário desse método tecnicista, que criaremos uma classe reflexiva, apta a analisar a si mesmo e o mundo a sua volta, sabendo avaliar e



distinguir os discursos de ordem contemplativa daqueles outros discursos de ordem repressora – os que ditam quando, como e onde o sujeito deve ficar.

Esse trabalho teve o propósito de discutir práticas em contexto escolar, embasadas por uma demanda social, e compreende-se que muito ainda pode ser discutido e revisto, mas tal saber só pode ser atingido através da atividade e criticidade do sujeito, considerando cada valor histórico dentro e fora do tempo.

REFERÊNCIAS

- ABI-SÂMARA, J. **A abordagem humanista na pedagogia**. p. 107, 124; In: Revista Regates utopias e distopias: pensar no futuro. São Paulo: Colégio Stockler, nº6, (dezembro 2016).
- AZEVEDO, F; et all. **O manifesto dos pioneiros da educação nova**. Campinas: Revista HISTEDBR, 2006, p. 188 – 204.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Publicada no D. O. U, 2017, seção 1, p. 146.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional**. Lei nº 9394/1996. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017, p. 58.
- CICONE, R. B; MORAIS, L. E. P. **História da educação**. Editora e Distribuidora: Educacional S.A., 2016.
- CODO, W. **O que é alienação**. 7ª ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1991.
- CRUZ, A. **Abordagem tradicional**. <https://educacaotradicional.wordpress.com/>. São Paulo, 13 outubro 2011. Disponível em: <https://educacaotradicional.wordpress.com/ensino-aprendizagem/>. Acesso em: 09 julho 2022.
- FERNANDES, D. G. **Documentos de governo e a governamentalidade neoliberalna constituição da educação brasileira contemporânea**. p. 65, 83; in: Da ética à literatura: a educação e o ensino de filosofia. NETO, Manoel Dionizio (org.) – João Pessoa: Ideia, 2018.
- FERREIRA JR. A. **História da Educação Brasileira: da colônia XX**. São Carlos: EdUFSCar, (coleção UAB – EUFSCar) p. 123, 2010.



FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização.** Londres: Hogarth Press e Institute of Psycho-Analysis, 1930. Tradução de Joan Riviere

HERBERT, Marcuse. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud.** Tradução de Álvaro Cabral. - 8. ed., Rio de Janeiro: LTC, 2009.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

MAESTREO, V. **Escola tradicional X Escola humanista: algumas características.** <http://www.betocarrero.com.br/design/imagens/projetos-natureza/workshops/a-escolatradicional.pdf> Acesso em: 09 julho 2022.

MOLLICA, M. C; et. All. **O remoto no ensino de língua na pandemia da Covid-19- experimentação in vitro, experimentação in vivo.** Rio de Janeiro: Revista Linguística, volume 16. P. 817 – 850, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/43736>

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro: DPA, 2001.

ZANETTI, M. A. **Política educacional e LDB: algumas reflexões.** 1997. Disponível em: <http://www.ifil.org/Biblioteca/zanetti.htm>. Acesso em 14 de julho de 2022.

“A FILHA DO SEU FILHO”: ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PROFESSORA EMÉRITA CRISANTINA MONTEIRO DIAS – BARRO/CE (2010-2013)

Raurislandia dos Santos Pereira
Graduanda em História – UFCEG/CFP
raurislandia.santos@estudante.ufcg.edu.br

Resumo: A presente pesquisa tem a pretensão de estudar a biografia de Crisantina Monteiro Dias, professora emérita que contribuiu para a educação e o desenvolvimento da cidade de Barro-Ceará. Nesse sentido, busca-se problematizar as obras *Memórias de*